

**Pilares da Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG)  
para pequenos empreendedores**

*Pillars of Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)  
for small entrepreneurs*

Rafael Bruno Costa SANTOS<sup>1</sup>  
Deranor Gomes de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Paulo Roberto RAMOS<sup>3</sup>

**Resumo**

Atualmente as empresas têm mostrado empenho ao aderir as práticas e princípios do Environmental, Social and Corporate Governance (ESG) com o objetivo de estimular a integração dos objetivos da gestão empresarial e dos benefícios dos pilares ambiental, social e de governança corporativa. Diante disso, o presente estudo teve o objetivo de discorrer sobre conceitos relevantes, como o de empreendedorismo, ESG, assim como a sua implementação em pequenos negócios, visto que o sistema não possui um modelo padronizado que permita sua aplicabilidade às organizações independente de ramo, setor e porte. Para isso, através de uma pesquisa bibliográfica, foi analisado que as práticas de ESG não possuem um modelo padronizado que permita sua aplicabilidade às organizações, mas que podem ser incorporadas por normas e rotinas, sejam simples ou objetivos estratégicos no dia a dia que contribuam para a redução do impacto ao meio ambiental e auxiliem para o bem da sociedade.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Sustentabilidade. Governança Corporativa.

**Abstract**

Currently, companies have shown commitment to adhering to the practices and principles of Environmental, Social and Corporate Governance (ESG) with the aim of stimulating the integration of business management objectives and the benefits of the environmental, social and corporate governance pillars. In view of this, the present study aimed to discuss relevant concepts, such as entrepreneurship, ESG, as well as its implementation in small businesses, as the system does not have a standardized model that allows its applicability to organizations regardless of branch, sector and size. To this end, through bibliographical research, it was analyzed that ESG practices do not have a standardized model that allows their applicability to organizations, but that they can be incorporated by standards and routines, whether simple or strategic objectives in everyday life that contribute to reducing the impact on the environment and helping for the good of society.

**Keywords:** Entrepreneurship. Sustainability. Corporate governance.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGDiDeS/UNIVASF).  
E-mail: rafael.brunocs31@discente.univasf.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Gestão pela Universidade de Évora de Portugal (UE). E-mail: deranor.oliveira@univasf.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
E-mail: paulo.ramos@univasf.edu.br

## Introdução

As empresas atualmente precisam se adaptar ao mercado competitivo e de constante transformação para não serem extintas. O ritmo dessa mudança é reflexo de um ambiente dinâmico, estimulado pelos comportamentos, investimentos, economia e culturas (COSTA; FURTADO, 2016). É nesse cenário que as organizações e os empreendedores precisam enxergar oportunidades em potencial para criar benefícios, próprios e sociais, utilizando os recursos de forma racional e criativa, driblando os riscos para gerar valor e desenvolvimento em níveis econômicos.

Os empreendedores são estimulados atualmente a elaborar metas que visem beneficiar os objetivos organizacionais e a sociedade como um todo. Para isso, através de reuniões e acordos feitos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a implementação que estabeleceu os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), e alguns anos depois os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as empresas são estimuladas a incorporar práticas sustentáveis no setor (ALEXANDRINO, 2020). Através da tripla dimensão do *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), as corporações preocupadas com o crescimento sustentável passam a encontrar caminhos que conciliam uma gestão de capital financeiro e mudanças sociais e ambientais (BEZERRA, 2021).

A aplicabilidade dos princípios ESG nas empresas brasileiras, têm ganhado força ao longo dos anos, ampliando a competitividade entre as marcas e promovendo uma imagem no mercado interno e exterior. É importante pontuar, que o poder de barganha e custos menores, solidez, melhor reputação e resiliência, são vantagens que beneficiam as empresas que se empenham em enquadrar nos padrões do sistema (REYMÃO, 2022). Visto que os *stakeholders* corporativos atualmente não se preocupam apenas com o capital econômico das entidades, Cruz (2022) destaca que as práticas além dos benefícios, auxiliam para satisfazer os anseios dos acionistas e de todas as partes interessadas, entre elas, os gestores, os clientes, fornecedores e comunidade em geral.

Percebe-se que muitas pesquisas analisam a relação entre o desempenho de práticas ambientais, sociais e de governança, e sua associação com a performance financeira para empresas de grande porte e capital. Diante do exposto, o presente estudo buscou investigar o seguinte questionamento: Quais as práticas e ações que os pequenos empreendimentos brasileiros podem incorporar de modelos de grandes empresas ao

planejamento estratégico para se enquadrar no sistema ESG e obter um melhor desempenho financeiro e social?

A motivação dessa pesquisa foi contribuir para a autoria de investigações sobre medidas para adoção de ESG em pequenas organizações, que são dificultadas pela com falta de informação, recurso e equipes pequenas. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo discorrer sobre a importância dos conceitos de empreendedorismo e *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), além da sua aplicabilidade em pequenos negócios na atualidade, através de modelos e ações existentes e funcionais de grandes empresas do mercado de trabalho brasileiro, assim como contribuir significativamente para a produção acadêmica e didática.

A pesquisa possuiu caráter exploratório, descrita pela procura de informações através da familiaridade de aspectos relativos com a finalidade de construir hipóteses para o problema apresentado (GIL, 2002). A metodologia utilizada consistiu em uma investigação exploratória, por meio de uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa.

## **Empreendedorismo**

O termo empreendedorismo começou a ser difundido no Brasil no final da década de 1990, a partir da preocupação com a geração de pequenas empresas e busca pela diminuição do alto índice de mortalidade desses negócios. Valenciano Sentanin e Barbosa (2005) explica que ao longo desse período, após inúmeros esforços pela estabilização da economia em virtude da globalização, as grandes corporações no Brasil, precisaram encontrar possibilidades para aumentar a competitividade, a redução de custos e a permanência no mercado.

Cortez e Veiga (2018) explica que a palavra empreender surgiu em meados do século XV, de origem do latim medieval “*imprehendere*”. Porém apenas em 1770, o termo empreender começou a ser utilizado para referenciar a indivíduos que gerenciavam uma empresa, através de autores como Richard Cantillon. Percebe-se então, que o uso da nomenclatura no âmbito empresarial coincide com o cenário da França e o surgimento de empresas de caráter capitalistas nesse mesmo período. Nos anos seguintes, ao longo do século XIX, com a contribuição de economistas ingleses, o termo foi ampliado e passou

a ser associado a capital financeiro, influenciado por fatores do crescimento industrial da época.

O empreendedorismo pode ser definido como a habilidade de realizar algo com criatividade e motivação, enxergando oportunidades e assumindo riscos. Consiste em ser proativo em meio a adversidades que necessitam de solução (BAGGIO; BAGGIO, 2014). São ainda atributos essenciais a personalidade empreendedora, características comportamentais como a iniciativa de realizar ou concluir projetos transformando-os do sonho à realidade (FISCHER, 2008).

Existe uma grande variedade de características que podem ser atribuídas a indivíduos com perfil empreendedor, entre os quais se tem: a proatividade, a autoconfiança, a inovação, a independência, além da abertura aos riscos inerentes (CÂMARA; ANDALÉCIO, 2012). No decorrer dos anos, outras definições foram incorporadas, a visão, a flexibilidade, o comprometimento, a organização, a organização e a estratégia, são exemplos.

O empreendedor necessita apresentar cinco competências sociais ao seu perfil que são eles: a) expressividade (capacidade de contagiar os outros a respeito de suas reações e emoções); b) percepção social (saber interpretar corretamente os outros); c) influência e persuasão (capacidade de mudar comportamento e atitudes alheios); d) administração da imagem (habilidade de promover uma boa impressão ao primeiro contato); e) adaptação social (habilidade de se adequar em diferentes situações e contextos) (ZAMPIER, 2010).

Muitos fatores são responsáveis por incentivar a direção e persistência de uma atitude empreendedora, são as variáveis que podem ser classificadas como fatores pessoais, ambientais e sociológicos (BAGGIO; BAGGIO, 2014). São considerados fatores pessoais, a insatisfação no trabalho, a realização pessoal e a desocupação/demissão de emprego. Entre os ambientais, podemos citar a identificação de oportunidades de negócios. E por fim, entre os sociológicos, são classificados a influência parental e a sinergia de características similares em grupos.

Através de um novo modelo difundido atualmente, o entendimento do empreendedorismo social brasileiro tem ganhado relevância, exigindo um perfil no contexto social. É nessa perspectiva que as organizações precisam se adaptar e associar seus conhecimentos, habilidades, competências e atitudes em torno do seu ambiente (OLIVEIRA, 2004). Esse modelo vai além da esfera econômica, contribuindo não

somente com a obtenção de riqueza, mas também com o bem-estar da sociedade (FISCHER, 2008) Dentro desse contexto, a atitude empreendedora passa a trabalhar o seu modelo empresarial para alcançar seus planos e metas, assim como para resolver problemas sociais. O sistema de gestão *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) surge como um aliado nesse sentido, como iremos abordar adiante.

### **Governança Ambiental, Social e Corporativa**

O desenvolvimento sustentável, segundo Miralles-Quirós *et al.* (2018), pode ser compreendido como a forma de atender as necessidades atuais sem comprometer os recursos das gerações futuras, tornando-se um fator relevante nas pautas das organizações públicas e privadas pelo mundo. Quando tratamos do desenvolvimento sustentável a nível empresarial, o mesmo pode ser enunciado como responsabilidade social empresarial (RSE) e engloba o alinhamento do planejamento estratégico e operacional da organização associado a igualdade social, eficiência e desempenho ambiental.

Para a aplicabilidade do desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial, as empresas precisam dispor dos insumos naturais, econômicos e humanos para a adoção das medidas cabíveis ao estudo e implementação (Ibidem). Não obstante a essa realidade a difusão do termo *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), surge como parâmetro para nortear as atividades das empresas e a gestão da sustentabilidade (RIBEIRO; LIMA, 2022).

Ribeiro e Lima (2022) explica o conceito de ESG como um sistema de avaliação formado por três dimensões que se completam e são eles o Meio Ambiente, a Sociedade e a Governança. O autor reforça que o sistema é representado pelo respectivamente pela responsabilidade ambiental, a responsabilidade social e a responsabilidade de governança corporativa das empresas.

A responsabilidade ambiental diz respeito à concepção de que as empresas devem obter um desempenho ambiental positivo em suas operações afins de reduzir seus custos por unidade de produção, adotando por exemplo, um exercício ecoeficiente, com o objetivo de reduzir custos e recursos, sejam estes materiais ou energéticos, associados à redução de resíduos e emissões de gases (Ibidem).

No que concerne à responsabilidade social, as organizações necessitam aderir um nível elevado de ética empresarial, ancorada na justiça, equidade e princípios legais

(RIBEIRO; LIMA, 2022). É nesse ambiente em que os direitos humanos, interesse das partes e a melhoria ecológica industrial são incorporadas num sistema que inclui as partes internas e externas.

A responsabilidade de governança corporativa estabelece que as empresas precisam estar abertas a aplicar um sistema de gestão moderno que distribua coerentemente o poder dos acionistas e conselheiros em prol dos que estejam encarregados dessa responsabilidade. Ribeiro e Lima (2022) destaca ainda que a governança está associada a três fatores internos, a concentração de propriedade, conselho de gestão e a remuneração executiva, além de um fator externo, o mercado de controle empresarial.

O ESG é uma abreviação difundida mundialmente associado a práticas ambientais, sociais e de governança nas empresas. Bezerra (2021) mostra que a nomenclatura está associada a ações que integram a sustentabilidade e decisões de investimentos de ativos, fundos e capitais inseridos na avaliação de riscos das entidades financeiras das organizações.

Estima-se que desde o início de 2010, após a crise financeira mundial de 2008, os líderes das empresas, deram início a um conjunto de reformas na governança corporativa a fim de restabelecer o elo do mercado de capitais e os investidores. Gao *et al.* (2021) mostra que a economia global mostrou sinais gradativos de recuperação da depressão apenas nos recentes dez anos, em oposição os problemas ambientais e sociais provocados pelas empresas aumentaram rapidamente, tendo em vista que as cadeias se conectam as crises corporativas afetam não somente as organizações, mas a sociedade e o meio ambiente.

O termo ESG, de acordo com Cruz *et al.* (2022), tem suas origens nas décadas de 1960 e 1970, período em que os Estados Unidos e a Europa buscavam soluções para enfrentar os problemas ambientais e sociais advindos da Segunda Guerra Mundial. Porém, entende-se que o termo “meio ambiente, social e governança” ganharam publicidade através da publicação do relatório intitulado “*Who Cares Wins*” em 2004 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e apenas em 2006 atribuindo-se formalmente os Princípios das Nações Unidas para o Investimento Responsável, os fatores foram listados em contribuição ao conceito.

Apesar da recente difusão do termo, estima-se que esses investimentos sustentáveis ganharam força com o início da *Dow Jones Sustainability index* em Ulrich

no ano de 2016, o primeiro índice global de sustentabilidade e que movimentar esses critérios arrecadaram cerca de 2 trilhões de dólares. Em 2015, com a publicação dos objetivos do desenvolvimento econômico (ODS), a Organização das Nações Unidas (ONU) em colaboração com empresas privadas, governos e organizações de pesquisas, elencaram as diretrizes necessárias do desenvolvimento econômico e os investimentos sociais, a fim de encontrar soluções aos problemas socioambientais e de governança empresarial adotadas até 2030, apresentados na figura 01 (BEZERRA, 2021).

Figura 01 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU)

Ao inserir os princípios do modelo nos processos organizacionais, é uma maneira de captar recursos e investimentos, tendo em vista que muitos investidores enxergam o sistema como um filtro para seleção e elaboração da sua carteira, classificando-as como operações éticas e flexibilizando ações para o positivo desempenho a longo prazo (BEZERRA, 2021).

É importante destacar que o desenvolvimento das práticas de ESG não segue um modelo padrão, sendo mutável a realidade de cada organização, como afirma Bezerra (2021). Assim, fatores como economia, divergências culturais, tamanho da empresa, ramo de atuação, porte e infraestrutura podem interferir diretamente na relação entre o ESG e desempenho financeiro das entidades.

O ESG deve ser visto como um indicador de desempenho não financeiro, que ajudam a projetar a longo prazo de atuação, ajudando nas práticas ambientais, sociais e de governança, fortalecendo o vínculo de comunidades, estados e mercado, que estejam

dispostas a melhorar suas próprias atividades, bem como cooperar para o bem-estar da população que nelas estão inseridos, explica Ribeiro e Lima (2022).

Recentemente, Cruz *et al.* (2022), mostra que as empresas passaram a adotar um modelo chamado Teoria dos *Stakeholders*, cujo objetivo é cuidar dos interesses de todas as partes envolvidas e afetadas nas operações das organizações, a exemplo dos colaboradores, comunidade, a cadeia de insumos etc. Essa teoria entende que os *stakeholders* além de buscar um melhor desempenho e maximização dos lucros, a preocupação com o desempenho econômico precisa ser priorizada.

A mensuração do ESG é um fator importante para o alinhamento da estratégia empresarial, além de auxiliar nas decisões de negócios e monitoramento dos riscos e oportunidades para o controle do investimento de capital. Cruz *et al.* (2022) indicam que organizações internacionais, como a *Global Reporting Initiative* (GRI) tem contribuído com o desenvolvimento de indicadores para reconhecer e padronizar as práticas da tríade ESG das organizações. Além disso, atualmente diversas ferramentas de classificação são usadas para medir o desempenho corporativo através da sustentabilidade, é o caso do índice ESG da MSCI, *Índice Dow Jones de Sustentabilidade* (DJSI).

### **Implementação de ESG em pequenos negócios**

Percebe-se que a implementação de práticas ESG é uma preocupação incorporada por grandes corporações, e que aos poucos se difundem pelos microempresários (MANZONI, 2023). Certamente, razões econômicas influenciam essa problemática, uma vez que as grandes empresas possuem departamentos completos e fundos dedicados à essa implementação, e o mesmo já não acontece nas pequenas empresas, que são dificultadas pela falta de informação, equipes pequenas, falta de recurso e dificuldades acesso a créditos bancários.

Outro fator importante, é a ausência de propriedade por parte das empresas menores, uma vez que o mercado ESG e os regulamentos implementados pelos órgãos reguladores são complexos e direcionados em grande parte para empresas de capital aberto (Ibidem). Tais dificuldades, entretanto podem ser dribladas visto que a adesão as práticas ESG corroboraram ser uma ferramenta de mudança para implementar ações mais sustentáveis para o meio ambiente e o bem-estar dos colaboradores e acionistas,

garantindo a sustentabilidade a longo prazo e o impacto social positivo de retorno, não apenas financeiros, mas também, sociais e ambientais.

Essa acentuação da aplicabilidade e a implementação dos princípios ESG pelas empresas brasileiras vem ampliando a competitividade no mercado e gerando solidez e um posicionamento de marca, tem sido um dos indicadores mais importante acompanhando pelos *stakeholders* (REYMÃO *et al.*, 2022). Visto que os *stakeholders* compreendem todos os indivíduos envolvidos no processo das organizações, seja interno ou externo, as empresas a depender do tipo e ramo de operação, segmento e porte, passam a aplicar o ESG para alinhar seu objetivo a problemas sociais e ambientais, como a pobreza, inclusão, emissões, resíduos, entre outros (SANTOS, 2022).

As principais práticas de ESG no quesito ambiental são classificadas como a preocupação dos impactos ambientais, e entre as ações que podem ser classificadas neste ponto estão: o uso consciente dos recursos naturais, combate ao desmatamento e a emissão de gás carbônico, reciclagem, logística reversa, tratamento de resíduos, entre outros (NOVAK *et al.*, 2021).

Já nas práticas voltadas ao pilar social, as organizações buscam construir uma relação mais justa e igualitária, entre seus funcionários e a comunidade em geral. Destacam-se aqui atividades como a valorização dos direitos humanos, combate ao preconceito e homofobia através da inclusão de negros, a comunidade LGBTQIA+, luta contra o trabalho escravo e infantil, preocupação com a saúde e segurança dos colaboradores, incentivos a programas de educação e cultura, entre outros (Ibidem).

Na última dimensão do sistema ESG, o pilar de governança corporativa, lista-se que as empresas precisam eliminar as atividades ilícitas da organização. Para isso, deve se preocupar com a implementação de medidas que visem a transparência com os investidores e acionistas, responsabilidade fiscal, combate a práticas de suborno, corrupção, assédio, entre outras atividades antiéticas (Ibidem).

Santos (2022) com base no Mapa de Materialidade do SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) realizou um estudo em 77 indústrias, analisando diversas questões socioambientais. Com a contribuição dos participantes da pesquisa, levantou 16 temas materiais voltados aos princípios do ESG que seriam viáveis e aplicáveis aos segmentos dos negócios estudados. Os temas materiais são apresentados como mostra a tabela 01, identificando o pilar (meio ambiente, social e governança corporativa) e detalhamento de práticas a serem implementadas.

Tabela 01 - Identificação dos Temas Materiais

Pilar	Tema Material	Detalhamento
Ambiental	Condições climáticas	Integrar medidas para redução de emissões
Ambiental	Práticas ambientais	Assegurar o manejo sustentável de resíduos, água e energia
Governança	Ética Empresarial e reputação	Garantir ética, integridade, reputação, transparência e governança corporativa
Governança	Inovação	Inovar produtos e serviços com foco em sustentabilidade e longevidade do negócio
Governança	Resiliência do modelo de negócio	Garantir a sustentabilidade do modelo de negócio
Social	Ambiente de trabalho	Prezar por um clima organizacional colaborativo e harmonioso
Social	Capacitação e desenvolvimento	Proporcionar ações de desenvolvimento técnico e humano
Social	Cuidado com as pessoas	Garantir o bem-estar dos colaboradores e um ambiente seguro isento de riscos
Social	Engajamento, diversidade e inclusão	Valorizar um ambiente de trabalho diverso, respeitoso e digno
Social	Fornecedores	Garantir a <i>responsible buying</i>
Social	Geração de riqueza	Contribuir para o mundo através da geração de riqueza
Social	Práticas justas com colaboradores	Assegurar políticas de remuneração e benefícios
Social	Satisfação dos clientes	Atuar com excelência técnica buscando a satisfação dos nossos clientes
Social	Segurança de dados e privacidade	Cumprir todas as legislações e regulamentações aplicáveis à proteção de dados
Social	Ser um facilitador ESG	Ser um vetor de práticas ESG nos clientes em nossa rede
Social	Ser um vetor social	Ser um vetor de impacto social, filantropia e voluntariado

Fonte: Santos (2022).

As medidas ilustradas na tabela 01 mostra que os estudos nas indústrias servem como parâmetro para que micro e pequenos negócios que anseiam incorporar uma gestão de responsabilidade social empresarial através de mudanças, simples ou estratégicas, que em muitos casos já são desempenhados e não são descritos e listados (SANTOS, 2022).

Um outro estudo, realizado Machado *et al.* (2022) em uma cervejaria na região Sul do Brasil, através de entrevistas e observações, foi possível analisar as práticas e preceitos já adotados que atendem aos conceitos de desenvolvimento sustentável. Por meio da pesquisa, a empresa se disponibilizou a aperfeiçoar as práticas, adaptando-as aos princípios do meio ambiente, o social e a governança corporativa do ESG. A tabela 02

apresenta algumas das práticas dos três pilares identificados, bem como os benefícios atribuídos e uma correlação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que podem ser associados.

Tabela 02 - Práticas adotadas pela empresa segundo os padrões ESG  
- Dimensão Ambiental, Social e Governança

Dimensão	Práticas	Benefícios	Enquadramento do Objetivo ODS
Ambiental	Energia solar	Diminui os gastos de energia elétrica.	07) Energia limpa e acessível. 09) Indústria, inovação e infraestrutura. 12) Consumo e produção responsáveis.
Ambiental	Métricas de desempenho	Reduz emissão de CO2 e o uso de água, energia e químicos no máximo permitido pela cadeia.	06) Água potável e saneamento. 07) Energia limpa e acessível. 12) Consumo e produção responsáveis.
Ambiental	Uso de garrafas retornáveis	Diminui a produção de lixo e instiga o consumo consciente.	09) Indústria, inovação e infraestrutura. 12) Consumo e produção responsáveis.
Social	Análise de currículos sem fotos	Minimiza a discriminação e o preconceito nas contratações do setor de RH.	08) Trabalho decente e desenvolvimento. 10) Redução de desigualdades.
Social	Consultorias de liderança	Visa o desenvolvimento de seus colaboradores, alinhando o crescimento da empresa e pessoal.	08) Trabalho decente e desenvolvimento. 09) Indústria, inovação e infraestrutura.
Social	Segurança no Trabalho	São oferecidos cursos e equipamentos de segurança para os colaboradores operacionais da fábrica.	08) Trabalho decente e desenvolvimento. 09) Indústria, inovação e infraestrutura.
Governança Corporativa	Código de ética	Os princípios e práticas aceitos pela empresa são compreendidos por todos os funcionários.	08) Trabalho decente e desenvolvimento. 09) Indústria, inovação e infraestrutura.

Fonte: Adaptado de Machado *et al.* (2022).

Conforme demonstra a tabela, a Cervejaria dentro da sua realidade, busca diminuir os impactos ambientais causados pelo seu processo produtivo. Analisando a dimensão social da empresa é perceptível que as práticas já adotadas buscam a melhoria interna e uma eficiência nos resultados, mas que tais incentivos contribuem para o alinhamento do sistema dos princípios. Dentre as dimensões analisadas, a de governança corporativa é o que menos apresenta políticas e ações, o que poderia ser implementado com a operação de uma diretriz anticorrupção e entre outras medidas que evidenciam a visão corporativa e transparência para os colaboradores internos e seus consumidores (MACHADO *et al.*, 2022).

Ao optar pela adesão desses princípios, as empresas adquirem vantagem competitiva no mercado, além de outros benefícios, agregando valores tangíveis (econômico-financeiros) e valores intangíveis a partir de estratégias sustentáveis, como explica Santos (2022). Através do valor intangível, as organizações podem melhorar sua margem, aumentar o faturamento e melhorar sua avaliação, associadas a fatores como a redução de custos, poder de precificação, participação de mercado, gestão de risco e acesso ao mercado de capital. Tratando do ponto de vista intangível, é identificado vantagens como atribuição do valor de marca e gestão de risco e *stakeholders*, gerido por fatores como o posicionamento de marca e imagem, fidelização e preferência do cliente, mídia espontânea, acesso facilitado de recursos e insumos, e melhoria nas relações com os colaboradores, governo e a comunidade.

Entre outras das vantagens obtidas com a implementação dos ESG, as certificações ganham destaque. É o caso do Sistema B, referente à palavra *benefit* (beneficiar), criada em 2006, nos Estados Unidos, por empreendedores norte-americanos. Essa certificação chegou ao Brasil há 9 anos, e através dela, as organizações precisam associar a sua gestão à responsabilidade sustentável (NOVAK *et al.*, 2021).

Qualquer empresa pode aderir ao certificado do Sistema B, a partir de uma rigorosa avaliação, constituída de 160 perguntas e a comprovação de que são engajadas em preceitos do bem-estar comunitário e não apenas no lucro (Ibidem). Além disso, a cada dois anos uma nova avaliação é feita para garantir o avanço e comprometimento das propostas sustentáveis. É por meio desse selo, que as práticas e modelos de negócios podem ser reconhecidos no mercado internacional.

Um outro exemplo de sistema de avaliação é a *fintech Openbox.ai* Tecnologia LTDA, do Rio Grande do Sul. Criada em 2018, a *fintech* tem não somente como objetivo, auxiliar a dificuldade de acesso a crédito financeiro por pequenas e médias empresas, mas de identificar organizações que se preocupem com a gestão socioambiental (Ibidem).

Os idealizadores identificaram que as pequenas empresas no Brasil encontram dificuldades para conseguir créditos justo e transparente, e para isso, a *Openbox.ai* seleciona como público-alvo, negócios que se preocupam com a saúde econômica e transformação sustentável e social (Ibidem). Dessa forma, assim como os investidores procuram empresas que se zelam pelo ESG, a *fintech* busca organizações que têm interesse em mudar o mundo através das práticas socio ambientalistas, e reforçam os

benefícios mútuos entre as partes da adesão *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG) para os pequenos empresários.

### Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância do perfil empreendedor e de *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), bem como a implementação de modelos práticos existentes do sistema em contexto brasileiro dos micros e pequenos empreendimentos. Visto que a aplicabilidade dos 3 citados pilares, exigem da gestão um estudo e identificação de ações que contribuam para a organização e bem como o meio ambiente, a sociedade e a governança simultaneamente.

Para a realização deste estudo, através de uma revisão de literatura foi possível identificar conceitos importante sobre os temas abordados, bem como a análise de pesquisas publicadas, modelos já adotados por empresas brasileiras sobre a responsabilidade dos princípios, para uma melhor ilustração de como os pequenos empreendimentos podem pautar e elaborar estratégias de ESG.

Visto que os empreendedores são indivíduos que possuem habilidades para identificar oportunidades, assumindo riscos, e que são dotados de características como a inovação, proatividade, criatividade, motivação, os chamados empreendedores sociais têm ganhado grande relevância atualmente. Pessoas com esse perfil, demonstram-se preocupadas em transformar a comunidade junto do seu crescimento profissional. Dessa forma, o alinhamento das metas e as estratégias organizacionais são incorporadas ao bem-estar da comunidade, e o ESG pode ser um modelo usado como base para posicionamento de mercado e competitividade.

É perceptível em geral, no mercado as grandes empresas ganham destaque ao aderir aos princípios de *Environmental, Social and Corporate Governance*. Mas essas medidas podem e devem ser implementadas em diversas organizações, independente de ramo, segmento, porte e regime, e cabe aos empreendedores a expertise de identificar os caminhos para a adoção das práticas socioambientais.

Como analisado no presente estudo, não existe uma padronização para que uma corporação se torne referência atuante de ESG, portanto medidas, simples ou mais elaboradas alinhadas ao conselho estratégico, a exemplo da utilização consciente dos recursos naturais com água e energia, a reciclagem e descarte correto de resíduos, uso de

energia solar, o respeito aos direitos humanos, preocupação com a saúde física e mental do colaboradores, a promoção de um ambiente de trabalho diverso incluindo negros, mulheres, comunidade LGBTQIA+, a transparência com os clientes e parceiros, aversão a práticas ilícitas, assédio e antiéticas, e entre outras ações podem ser usadas no cotidiano do processo produtivo para a geração de riqueza capital, social e ambiental paralelamente.

Dessa forma, ao aderir a modelos de desenvolvimento sustentável, os empreendedores adquirem vantagem competitiva, alavancando seu lucro, gerando valor a seus produtos/serviços e sua marca, obtendo abertura para selos de certificações e fidelizando as relações com seus *stakeholders*. É assim que esses profissionais fortalecem a permanência das entidades no mercado de trabalho cada vez mais dinâmico.

Assim, o estudo apresentado constitui-se como uma contribuição para a análise da problemática citada, além de servir para que outros autores analisem de forma aprofundada ou por outras perspectivas como os micro e pequenos negócios podem obter vantagens com implementação aos princípios ESG.

## Referências

ALEXANDRINO, T. C. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho sustentável (ESG) e desempenho econômico-financeiro de empresas listadas na B3**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>. Acesso em: 26 set. 2023.

BEZERRA, V. J. F. **Environmental, Social and Governance (ESG) e o comportamento dos indicadores econômico-financeiros das empresas listadas na B3 durante a pandemia da Covid-19**. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

CÂMARA, E. C.; ANDALÉCIO, A. M. L. Características empreendedoras: Um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, São Paulo, SP, v. 1, n. 3, p. 64-77, 2013. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/32>. Acesso em: 26 set. 2023.

CORTEZ, P. A.; VEIGA, H. M. da S. Características pessoais dos empreendedores: clarificação conceitual dos construtos e definições da literatura recente (2010-2015). **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 58–79, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/27987>. Acesso em: 26 set. 2023.

COSTA, R. A. T.; FURATDO, C. B. R. A. Empreendedorismo: Características, habilidades e competências. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 1, n. 02, p. 20–40, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/80>. Acesso em: 26 set. 2023.

CRUZ, M. M. da; MARTINS, R. A.; ASSIS, F. M. dos S. .; CRUZ, R. G. .; PÓVOAS, M. dos S. .; CAIADO, R. G. G. . Indicadores no contexto do ESG (Ambientais, Sociais e Governança): um estudo bibliométrico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38870>. Acesso em: 26 sep. 2023.

FISCHER, A.; NODARI, T. M. dos S.; FEGER, J. E. Empreendedorismo: algumas reflexões quanto às características. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 7, n. 1, p. 39–52, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/378>. Acesso em: 26 set. 2023.

GAO, S.; MENG, F.; GU, Z.; LIU, Z.; FARRUKH, M. Análise de mapeamento e Clustering sobre campo ambiental, social e de governança uma análise bibliométrica usando Scopus. **Sustainability**, 2021. Disponível em: <https://mdpi.com/2071-1050/13/13/7304>. Acesso em: 26 set. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

MACHADO, J. de A; VENDRUSCOLO, M. I; RODRIGUES, A. T. L. Práticas Ambientais, Sociais e Corporativas (ASG) para um Eficiente Modelo de Gestão Sustentável: um estudo de caso. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTIFICA EM CONTABILIDADE, 19., 2022, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/4049.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

MANZONI, P. H. **A concessão de benefício fiscal como forma de incentivo à implementação de práticas ESG em micro e pequenas empresas**. 2023. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzi, São Paulo, 2023.

MIRALLES-QUIRÓS, M.M.; MIRALLES-QUIRÓS, J.L.; VALENTE GONÇALVES, L.M. A relevância do valor do desempenho ambiental, social e de governança: o caso brasileiro. **Sustainability**, 2018. Disponível em: <https://mdpi.com/2071-1050/10/3/574>. Acesso em: 26 set. 2023.

NOVAK, G.; REIS, M. E. da S.; SILVA, M. E. S.; VIANA, T. S. **Estudo de caso sobre o ESG (environmental, social and corporate governance) como ferramenta para a melhoria do setor interno de PMEs**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Administração) - ETEC de Praia Grande, Praia Grande, 2021.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>. Acesso em: 26 set. 2023.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 set. 2023.

REYMÃO, A. E. N.; BEGOT, L. H.; RIBEIRO, M. R. Environmental, Social And Governance: uma análise das narrativas dos setores público e privado sobre os investimentos ESG. **Revista Jurídica do Cesupa**, v. 3, n. 2, p. 75 - 100, 16 dez. 2022.

RIBEIRO, T. de L.; LIMA, A. A. Environmental, Social and Governance (ESG): Mapeamento e Análise de Clusters. **RGC - Revista de Governança Corporativa**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://iberoamericancg.org/Journals/article/view/120>. Acesso em: 26 set. 2023.

SANTOS, M. K. C. dos. **Estratégia de implementação das práticas ESG em uma empresa prestadora de serviços de gestão e tecnologia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

VALENCIANO SENTANIN, L. H.; BARBOZA, R. J. Conceitos de empreendedorismo. **FAEF – Revista Científica Eletrônica de Administração**. Garça, SP, n. 9, 2005. Disponível em: <https://faef.revista.inf.br/site/e/administracao-9-edicao-dezembro-de-2005.html#tab218>. Acesso em: 26 set. 2023.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W.; FERNANDES, B. H. Sedimentando as bases de um conceito: As competências empreendedoras. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 101–130, 2012. Disponível em: <https://regepe.org.br/regepe/article/view/16>. Acesso em: 26 set. 2023.